

O Conceito de Ciência Política

Nildo Viana*

A ciência política é uma das ciências humanas menos estruturadas e por isso alguns questionam sua própria existência, bem como existe uma dificuldade na delimitação de seu domínio temático ou campo fenomenal (“objeto de estudo”), entre outras dificuldades. O presente texto visa fornecer uma definição de ciência política, bem como discutir algumas destas dificuldades, fornecendo, assim, uma análise geral e introdutória da ciência política.

O primeiro problema da ciência política está em sua definição. Sem dúvida, a ciência política se enquadra no pensamento científico, compartilhando com este todas as suas características, entre as quais a sistematização, a fundamentação metodológica e empírica, além de possuir os objetivos (do nosso ponto de vista, ilusórios) de objetividade e neutralidade, bem como ser um saber especializado, institucionalizado e instrumental (Gomes, 2025)¹. No entanto, isto não caracteriza a ciência política enquanto *ciência particular*. No domínio das ciências particulares, o elemento que lhes caracterizam, segundo algumas abordagens, é a existência de um campo fenomenal e método próprios. O postulado da existência de um “método próprio” para cada ciência particular é problemático e pouco realista. Basta ver o surgimento de diversos métodos (positivo, estrutural, funcional, dialético, fenomenológico, etc.) e inúmeras técnicas de pesquisa (observação, análise de conteúdo, questionário, entrevistas, informações estatísticas, etc.) em determinada ciência particular e depois sua proliferação para outras ciências é uma prova da inexistência de “métodos próprios” nas ciências particulares.

Sendo assim, o elemento que garante a existência de uma determinada ciência particular é o seu campo fenomenal. Neste caso, para pensarmos a existência da ciência política temos que colocar em evidência qual é este campo fenomenal. No entanto, não existe consenso entre os cientistas políticos a respeito disso, o que traz diversas controvérsias e demonstra um certo desenvolvimento incipiente desta ciência. Iremos expor, resumidamente, algumas das concepções acerca desta questão e em seguida colocaremos nosso

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais da UFG – Universidade Federal de Goiás; Doutor em Sociologia pela UnB- Universidade de Brasília.

¹ Ela é especializada por não existir “ciência em geral” e sim “várias ciências especializadas”, sendo que cada uma explora uma parte da realidade para pesquisar; ela é institucionalizada porque o seu processo de produção, formação, legitimação, etc., é realizado através de instituições que são coordenadas, fiscalizadas, geridas, pelo aparato estatal; é instrumental por, devido ao seu vínculo com o poder estatal e/ou capital, existe para produzir um saber que será útil para o controle e ação sobre a sociedade e a natureza (Gomes, 2025).

posicionamento a respeito. Posteriormente, abordaremos outros aspectos complementares relacionados ao domínio temático da ciência política.

O Conceito de Ciência Política

Existem diversas posições a respeito de qual é o “objeto de estudo” (campo fenomenal ou domínio temático) da ciência política. Segundo Duverger (1962, p. 10), *“diversas concepções se opõem a respeito dessas questões: para uns, a ciência política é a ‘ciência do poder’; para outros, é a ‘ciência do Estado’; outros preferem concepções intermediárias entre estes dois extremos”*. Este autor comenta algumas destas concepções referentes ao objeto de estudo da ciência política. Para uns, a ciência política é a ciência do Estado, que ele diz estar ligada a uma “concepção jurídica tradicional do Estado soberano”.

A definição jurídica tradicional do Estado repousa sobre a ideia da soberania. É uma noção possivelmente obscura, que não é fácil de exprimir com precisão. Distinguimos, aliás, a soberania *no* Estado e a soberania *do* Estado, só essa última servindo para definir o Estado. A soberania é, em si, uma certa qualidade de poder: o fato de ser superior, colocada acima dos outros, de não depender de nenhum outro. Na hierarquia dos poderes, o poder soberano está colocado no topo da escada; não há nenhum outro acima dele. A soberania no Estado é, pois, a qualidade de órgão hierarquicamente superior a todos os outros (a nação ou o parlamento na democracia; o rei, na monarquia, etc.): todos os outros órgãos lhe são subordinados e sua autoridade decorre mais ou menos da sua (Duverger, 1962, p. 19).

O autor prossegue esclarecendo a soberania do Estado:

A soberania do Estado é o fato de o Estado estar situado no topo da hierarquia dos grupos sociais, de não haver nenhum grupo acima dele. Definir o Estado pela soberania é afirmar que a sociedade internacional é formada de Estados absolutamente independentes uns dos outros, limitados apenas por sua vontade própria (o que chamamos de autolimitação). Nessa concepção, o direito internacional só pode ser baseado sobre o acordo entre os Estados e sua boa vontade no respeito a esse acordo. Sob um outro ponto de vista, a teoria do Estado soberano afirma que só o Estado se beneficia dessa qualidade: os outros grupos, ao contrário, nada podem sem ele. Do “soberano” decorrem a autoridade, o poder: as outras comunidades além do Estado são, pós, organizadas por ele; dele recebem sua existência jurídica e suas prerrogativas, e estão submetidas à sua autoridade (Duverger, 1962, p. 19)².

² Sem dúvida, essa ideia de estado como “grupo social” é questionável, pois trata-se não de um grupo social e sim de uma organização (e o Estado capitalista, uma instituição, ou seja, uma organização burocrática).

Esta concepção de Estado, afirma Duverger, se encontra nos juristas a partir do final da Idade Média. Elas foram revitalizadas a partir do final do século 19, mas recebeu diversas críticas, principalmente da chamada “Escola de Bourdéis” (Leon Duguit, Georges Scelle). Duverger aponta como consequência desta concepção: cria-se uma diferenciação entre o poder no Estado e o poder de outros grupos humanos, pois somente o primeiro teria a qualidade de “soberano” e seria isto que justificaria uma ciência particular, a ciência política.

Outra concepção é a que considera que a ciência política tem como objeto de estudo o poder. Esta é a posição da maioria dos cientistas políticos, segundo Duverger, certamente tomando como base sua nacionalidade e época (França, década de 60). Ele cita diversos autores para confirmar isto: Max Weber, Raymond Aron, Georges Vedel e ele próprio. Ele coloca como elemento diferenciador, entre esta concepção e a anterior, a questão da base desta não ser a ideia de soberania estatal, de origem jurídica, e sim a noção realista (sociológica) de Estado. Segundo esta concepção, o Estado se distingue dos demais grupos humanos por duas características: a nação enquanto comunidade humana que é a base do Estado e que a solidariedade nacional possui supremacia sobre qualquer outra solidariedade grupal; a organização política (distinção entre governantes e governados) mais aperfeiçoada que é característica do Estado. Assim, a diferença entre o Estado e as demais comunidades humanas é apenas no grau de complexidade e “*não por natureza própria*” (Duverger, 1962, p. 22), o que retira qualquer sentido ao postulado de uma ciência do Estado que seria específica e à parte das demais ciências humanas e por isso a ciência política deve estudar o poder em todos os grupos humanos e Estados.

Entretanto, a concepção da “ciência política = ciência do poder” tem uma superioridade metodológica sobre a da “ciência política = ciência do Estado” e todas as concepções restritivas em geral. A escolha entre a noção jurídica e a noção sociológica do Estado é uma escolha *a priori*, uma espécie de hipótese inicial. Só a análise objetiva dos fatos poderá mostrar se a ideia de soberania é real, se o poder no Estado é diferente, por natureza, do poder nas outras comunidades ou se se trata de uma simples diferença de grau. Ora, ao se limitar o objeto da ciência política ao âmbito do Estado, fica-se, logicamente, impedido de verificar a hipótese, pois que evitamos sistematicamente comparar o poder no Estado com o poder nas outras comunidades. A concepção de “ciência política = ciência do poder”, ao contrário, conduz naturalmente a uma confrontação semelhante: pode-se então ver, por experiência, que ela é a verdadeira diferença entre o poder no Estado e o poder nos outros grupos. Essa última concepção é, pois, a única científica, para ser preciso, pois é a única que permite reexame e verificação experimental das hipóteses sobre as quais está baseada. A outra, impedindo na prática esse reexame e essa verificação experimental, é uma definição anticientífica: ela implica uma contradição nos seus próprios termos, pois a

ciência política quer ser considerada como ciência. Podemos assim dizer que é logicamente impossível definir ciência política de modo restritivo; só é válida a definição como ciência do poder (Duverger, 1962, p. 23)³.

Duverger também apresenta “concepções intermediárias” produzidas por sociólogos e psicólogos sociais, o que deixaremos de lado, pois escapam do processo de constituição interno da ciência política. Assim, existem diversas delimitações de qual seria o conjunto de fenômenos pesquisados pela ciência política, tal como observamos, e outras além destas. Juntamente com isto, persiste a falta de consenso entre os cientistas políticos. Uma tentativa de solução desta problemática foi realizada por Jean Meynaud, que questiona as definições e coloca a prática da enumeração. O procedimento da enumeração traria a vantagem prática, mas seria “*desprovida de capacidade de orientação*” (Meynaud, 1960, p. 29). A sua alternativa é a dos “focos de análise”:

A solução consiste em destacar o que chamamos focos de análise ou noções de convergência, isto é, construções mentais em função das quais e em relação às quais se distribuem o ensino e a pesquisa. Deixa-se de definir, mas não se renuncia à esperança de organizar. Esta prática, já conhecida da ciência política americana, é de notável consistência. Nada se opõe, naturalmente, a que um foco ceda lugar a outro: a operação será mesmo recomendável se a experiência mostrar que o primeiro é vítima de esterilidade ou se já deu o essencial das descobertas que dele se pode razoavelmente esperar (bem entendido, em determinado estado da metodologia). Nada se opõe tampouco a que vários focos sejam utilizados simultaneamente (em geral por autores diferentes): permanece legítimo e muitas vezes judicioso encarar os mesmos fenômenos sob diversos pontos de vista. Temos a convicção de que a criação de uma teoria geral da política, cuja formulação não deve aliás ser adiada, resultará do confronto e da sistematização dos resultados obtidos nestas múltiplas explorações (Meynaud, 1960, p. 29-30).

Daí Meynaud propõe um tema central: a politização das sociedades. Este seria o foco central do qual muitos focos secundários poderiam ser derivados. A politização das sociedades é um conjunto de características que trazem à tona a especificidade das sociedades políticas. Politizar uma sociedade significa manipular o curso espontâneo das relações sociais com o objetivo de garantir a coesão social através de uma máquina social apropriada. Este processo de garantir a coesão social via interferência nas relações sociais é o “produto da atividade da máquina governamental”.

³ Esta superioridade metodológica é ilusória, pois colocar o elemento diferencial do Estado não significa que não se possa, ultrapassando os marcos da ciência política, analisar os seus fundamentos.

Precisamente, uma sociedade atingirá o “ponto de politização” ou a “barreira política”, sob uma condição: a instalação de um “aparelhamento especializado na distribuição do comando e da obediência”. Tal aparelhamento equivale a uma imposição: age por uma pressão que, se não desdenha a adesão moral, decorre definitivamente da faculdade do chefe de utilizar a violência mais elementar (Meynaud, 1960, p. 31).

Deste tema central derivam diversos “focos de análise”, tais como a decisão política, administração pública, relações internacionais e “setores desprezados” como o exército e o poder judiciário.

A partir desta discussão inicial, torna-se possível recolocar em questão o campo fenomenal da ciência política. Para uns, é o Estado, a “instituição das instituições” (Prelot, 1964)⁴; para outros, é o poder (Duverger, 1962). Estas são as duas principais posições diante do problema e tem a alternativa de Meynaud, dos “focos de análise”. Pois bem, todas estas concepções são insuficientes. A forma como os referidos autores chegam à delimitação do objeto de estudo da ciência política é problemática. O problema reside na falta de uma base teórico-metodológica adequada.

O processo de divisão das ciências sociais é um processo histórico, no qual, enquanto produto da divisão social do trabalho e da divisão do trabalho intelectual, ocorre a formação de diversas ciências particulares (Viana, 2000a). Na verdade, a realidade é unitária e somente na ideologia – no sentido fornecido por Karl Marx, isto é, enquanto sistema de pensamento ilusório (Marx; Engels, 2002) – pode possuir campos autônomos ou isolados. É por isso que as diversas ciências particulares criam “objetos do conhecimento”, distintos dos objetos reais, para utilizar terminologia althusseriana (Althusser, 1979)⁵. Esta criação fictícia justifica e legitima as ciências particulares.

⁴ Também há aqueles que colocam o Estado como o objeto da ciência política, mas acrescentam a relação entre este e a sociedade civil: “A ‘ciência política’ pode ser definida como ‘a ciência do Estado’ ou como ‘ramo das ciências sociais que trata da teoria, organização, governo e mais atividades do Estado’. Num sentido mais amplo, inclui também o estudo dos processos que visam dominar o poder, dentro dos grupos ou pelos grupos, organizações e instituições mais ou menos distintas do Estado, mas que procuram influenciar a política governamental e orientar transformações sociais” (Rodee, Anderson e Christol, 1974, p. 16).

⁵ Althusser distingue objeto real e objeto do conhecimento no pensamento de Marx, o que é um equívoco, pois esta distinção caracteriza a ideologia científica, mas não marxismo. Esse equívoco vale para a teoria, mas não para a ideologia. No nebuloso mundo das ideologias, há realmente a criação de um “objeto de estudo/conhecimento” que é distinto do campo fenomenal real e isso pode ser visto tanto nas infundáveis discussões e delimitações sobre ele quanto no construto que o define. Acima vimos a ideia de “ciência do Estado” e “ciência do poder” e o “estado”, no primeiro caso, é diferente – na delimitação e definição apresentada – distinto do aparato estatal real, ou seja, do campo fenomenal efetivo abordado pelos cientistas políticos. Assim, ao invés de um conceito de Estado, o que se produz são vários construtos de Estado.

No entanto, não existem esferas na sociedade que podem ser os domínios temáticos de ciências particulares? Sem dúvida, a divisão social do trabalho existe e é a base real da construção das ciências particulares, que, no entanto, apresentam tal base real de forma invertida. Sendo a realidade uma totalidade concreta, a produção das ciências particulares é uma produção ideológica. Não há nenhum motivo para existir as diversas ciências particulares, tal como a sociologia, a economia, a ciência política, a historiografia, etc. A razão de ser das ciências particulares se dá através da conquista de espaços institucionais (universidade, institutos de pesquisa, cargos públicos, etc.) e da criação de uma categoria profissional que constrói um suposto “objeto de estudo” próprio para sua ciência, bem como interesses e exigências derivadas da divisão social do trabalho intelectual.

No entanto, se existe uma divisão social do trabalho que aparece invertida no mundo da ideologia, então resta saber como seria sua percepção fora deste mundo fictício. O primeiro aspecto seria o reconhecimento de que não existem instâncias autônomas da realidade social. Toda ciência particular é limitada por partir desta ideologia.

A partir destas considerações, então seria possível afirmar que as ciências particulares não possuem “objetos de estudo” próprios? A resposta é negativa. Elas possuem domínios temáticos próprios, mas eles são construídos arbitrariamente e aceitos convencionalmente, são fantasmagorias. Porém, são fantasmagorias que deformam relações sociais realmente existentes e por isso são mais convincentes e possuem “momentos de verdade”, tratam de determinados fenômenos reais (embora apresentados sob forma invertida). A ciência econômica possui como objeto de estudo a “produção e distribuição de riquezas”. Sem dúvida, existe produção e distribuição de riquezas. Contudo, não existe produção e distribuição de riquezas separadas do Estado, campo fenomenal, segundo alguns, da ciência política, ou da cultura, da linguagem, das classes sociais, do espaço, da história, que são domínios temáticos de tantas outras ciências (antropologia, linguística, sociologia, geografia, história)⁶. No entanto, a maior parte da produção na área de ciência econômica ignora a maior parte destes outros aspectos da realidade. Este não é um problema apenas da ciência econômica, mas também da linguística, da geografia, da psicologia, da historiografia, e todas as outras ciências particulares.

Após esta abordagem crítica, vejamos como alguns cientistas políticos tentaram produzir o objeto de estudo da ciência política. Duverger, e os seus adversários que

⁶ Cf. uma crítica a esse processo em Sedas Nunes (1977), apesar de alguns limites na abordagem desse autor.

consideram a ciência política como ciência do Estado, partem de uma determinada concepção de Estado para justificar sua opção pela definição de ciência do poder, sendo que a distinção seria que a concepção de Duverger parte de uma concepção realista e sociológica do Estado enquanto que a visão oposta parte de uma noção jurídica. O problema está em que em nenhum dos casos se percebe que a realidade social é unitária e por isso se tenta definir o domínio temático da ciência política a partir de referência à realidade social. Não é a soberania estatal ou o seu grau mais elevado de complexidade que deve fundamentar a delimitação do campo fenomenal da ciência política, pois ambas as concepções são ideológicas, invertem a realidade, e a fonte da determinação do domínio temático de uma ciência particular se encontra, na verdade, nas definições arbitrárias e convencionais dos cientistas. Assim, as duas posturas possuem fundamentos equivocados.

Meynaud, como vimos, busca criar focos de análise. Aqui temos uma posição que assume claramente o seu caráter arbitrário e ainda deixa margem (como o abandono e adoção de novos “focos de análise”) para mais arbitrariedade. O problema é que não há fundamentação e justificativa suficiente para tal procedimento. O único problema que justificaria isto seria a falta de consenso entre os cientistas políticos a respeito do objeto da ciência política. Ora, nas outras ciências particulares o mesmo problema persiste, embora sem causar grandes problemas e com diferenças de definições menos contraditórias. Basta ver o exemplo da sociologia. Para um dos clássicos do pensamento sociológico, o objeto da sociologia é o fato social (Durkheim, 1974) e para outro clássico, é a ação social (Weber, 2004), e as definições destes termos mostram uma grande diferença teórica e metodológica. Não há consenso entre os sociólogos e existem outras posições além destas duas. Porém, a sociologia conseguiu, apesar disso, manter uma concepção não problemática a respeito do seu objeto, pois, convencionalmente, os sociólogos estudam determinados fenômenos e não outros. Esta convenção social não cria um consenso intelectual na definição do domínio temático, mas anula os conflitos entre os sociólogos ao efetivar uma delimitação consensual. O que os sociólogos estudam é a sociedade moderna (seja usando este termo ou outro, como sociedade capitalista, sociedade complexa, etc.).

A ciência política não conseguiu também um consenso intelectual, devido, entre outros fatores, a sua proximidade com a sociologia, por um lado, e com o direito, por outro. Assim, a sua situação é um pouco mais grave, mas, no entanto, os focos de análise sugeridos

por Meynaud não são uma solução e sim apenas mais uma posição frágil no campo da discussão.

Então é impossível delimitar um campo fenomenal para a ciência política? Se se pensar isto de forma consensual a resposta será positiva. Mas como colocamos anteriormente, a base da formação de um domínio temático por uma ciência particular é a arbitrariedade e a convenção. A arbitrariedade está na base das diversas definições existentes e a convenção (que não quer dizer consenso) ocorre na esfera da prática concreta dos cientistas particulares. Assim, ao contrário do procedimento de Duverger de partir das concepções de Estado para apresentar a solução mais adequada, o fundamental é partir dos fenômenos que são efetivamente trabalhados pelos cientistas políticos.

Grande parte dos cientistas políticos se dedica ao estudo do Estado. Outros se dedicam ao estudo dos partidos políticos, da democracia, da revolução, dos sindicatos, da cidadania, do movimento operário, dos governos, do exército, entre milhares de outros. Isto significa, entre outras coisas, que, convencionalmente, as concepções restritas do objeto da ciência política não se sustentam. Assim, o Estado é um dos objetos de estudo da ciência política, mas não esgota o seu alcance. Logo, o objeto da ciência política vai além do Estado. O conceito que expressa essa amplitude é o conceito de poder. Sendo assim, a ciência política é a ciência do poder, tal como coloca Duverger, embora nossa fundamentação seja diferente da apresentada por ele. Os cientistas políticos não estudam apenas o Estado, e aqueles que pensam a ciência política como ciência do poder são bons exemplos disso. Mas o que é o poder? Esta questão será respondida adiante.

Outra questão: isto não torna amplo demais o domínio temático da ciência política? Assim ela não seria acusada, tal como a sociologia (Bottomore, 1970), de tendência imperialista? Ora, esta tendência se encontra em todas as ciências e por qual motivo sua existência, também na ciência política, seria problemática? Sobre a amplitude do domínio temático da ciência política, poderíamos dizer que é tão ampla quanto a da sociologia, da antropologia e da geografia, ou tão ampla quanto certas concepções no interior da linguística, psicologia, economia e assim por diante. Isto não invalida a delimitação apresentada. Sendo assim, a ciência política pode ser considerada a ciência do poder.

O Conceito de Poder

Existem várias definições de poder. No campo da ciência política também não existe um consenso sobre seus conceitos básicos, incluindo o conceito de poder. Além disso, o poder é abordado pelas mais variadas perspectivas e disciplinas científicas. Por isso é interessante, antes de apresentarmos nossa concepção de poder, elencar algumas posições, próximas ou distantes e avaliar suas limitações. Vejamos algumas destas definições. Iniciemos pela definição do filósofo Bertrand Russell:

O poder pode ser definido como a produção de efeitos pretendidos. É, pois, um conceito quantitativo: dados dois homens com desejos semelhantes, se um alcança todos os desejos que o outro alcança e ainda outros, ele tem mais poder que o outro (Russell, 1990, p. 29).

Para o psicanalista Rollo May, “*o poder é a capacidade de causar ou impedir mudanças*” (May, 1981, p. 82). O poder tem duas dimensões, segundo May: o poder como potencialidade, ou poder latente, e o poder como realidade. Neste caso, “*significa a capacidade de afetar, influenciar e mudar outras pessoas. Cada pessoa existe numa teia interpessoal análoga aos campos magnéticos de força; e cada uma atrai, repele, liga-se e identifica-se com outras*” (May, 1981, p. 83).

O sociólogo Max Weber, por sua vez, considera que o poder é a “*possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria*” (Weber, 2004, p. 188) e pode assumir várias formas. Já o filósofo Michel Foucault, vai definir poder como não sendo uma propriedade, uma coisa, e sim como uma relação de forças, ou um “*feixe de relações mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado*” (Foucault, 1986, p. 248). Já Poulantzas afirma que o poder não se reduz ao Estado e se encontra em outros lugares, nos quais existem os conflitos de classes, inclusive no processo de produção, estando ligado, portanto, a prática de classes (Poulantzas, 1977).

De nada adiantaria alongar estas definições de poder. Podemos, a partir delas, apresentar uma definição mais adequada. Em primeiro lugar, é preciso entender o problema semântico em torno da palavra poder. O poder pode ser compreendido como “potência”, isto é, capacidade. Assim, a frase “o poder de compra do consumidor”, está se referindo à capacidade aquisitiva (ou “poder aquisitivo”) do consumidor. Este uso da palavra poder não é o da ciência política e não deve dar margem para confusões.

O poder enquanto conceito que define alguma esfera das atividades humanas só pode ser compreendido com uma relação social. Isto não está necessariamente presente na concepção de Russell, mas também é insuficiente reconhecer o seu caráter de relação social, pois é necessário apresentar sua especificidade em relação a outras relações sociais. O poder não pode ser caracterizado pela mera influência, pois ganharia uma amplitude muito grande.

Por outro lado, a definição de Weber traz o problema da “possibilidade”, enquanto que o poder deve ser considerado uma relação social concreta e não uma mera possibilidade. Já Foucault apresenta uma concepção metafísica de poder (Viana, 2000b), pois é uma relação de forças, feixe de relações, nas quais nunca suas motivações são expostas e nem seus agentes. A definição de Poulantzas é a mais concreta, mas mesmo assim é reducionista, pois colocar poder como sendo prática de classes sociais significa excluir vários fenômenos da esfera do poder.

Segundo nossa perspectiva, o poder é uma relação social específica, cuja especificidade se encontra na dominação (Viana, 2015). Num grau maior de generalidade, podemos dizer que uma relação de dominação pressupõe a existência, por um lado, do dominante, e, por outro, do dominado. Para existir relação de dominação é necessário que haja razões para tal, bem como o dominador detenha algo que lhe permita dominar o outro. Assim, o poder é uma relação social de dominação, na qual o dominante impõe sua vontade ao dominado utilizando determinados meios e com determinados objetivos e motivações. Os meios podem ser a força física, a persuasão, a riqueza, entre outros. Os motivos e objetivos variam, mas geralmente só se impõe a vontade quando há conflitos de interesses, conscientes ou não, e que aquele que impõe consegue fazer prevalecer os seus. A razão de ser da dominação é o conflito de interesses e sua motivação é a busca em fazer prevalecer os interesses do dominante. Sem dúvida, tais interesses antagônicos só podem existir em sociedades marcadas pela divisão de classes e pela exploração, pois mesmo os interesses antagônicos na vida cotidiana são derivados desta divisão fundamental.

Aqui devemos distinguir entre poder e violência. O poder é uma forma de violência. A violência é uma relação social de imposição, na qual um indivíduo ou coletividade impõe, a outro indivíduo ou coletividade, algo contra sua vontade e/ou natureza (Viana, 1999; Viana, 2002; Viana, 2014). Assim, a violência é um fenômeno social amplo e antigo. O poder é uma relação de dominação entre dominantes e dominados. Nesse contexto, o poder é uma relação estável de agentes distintos, em posições fixadas e opostas. O poder é uma forma de relação

de imposição, mas específica. Na violência, a posição dos agentes pode ser invertida ou pode ser bilateral. Na violência física, por exemplo, o agressor pode ser agredido. Na dominação, o dominado não pode ser dominante. Por conseguinte, o poder é uma forma de violência, mas que se difere por ser uma imposição que assume a forma de dominação, bem como se institui em relações estáveis cujos agentes possuem posições definidas (como dominante ou como dominado). Essa relação de imposição é fixada e definida através das tradições, organizações e instituições que estabelecem a existência de dominantes e dominados e dos modos de escolha, definição e legitimação daqueles que dominam. Logo, o poder é uma forma de manifestação da violência, mas que carrega em si essa especificidade.

Todas as formas de dominação em uma sociedade concreta estão ligadas ao processo social de exploração, o que significa que não existe dominação em sociedades sem exploração, isto é, sem classes sociais. Tal como coloca Miliband:

Dominação é um conceito central na sociologia e na política marxista. Mas dominação, no pensamento de Marx, não é parte inerente da “condição humana”, assim como o conflito não é aspecto inerente da “natureza humana”. Dominação e conflito são inerentes a sociedades com classes, e baseiam-se em aspectos específicos e concretos do modo de produção delas. Têm raiz no processo de extração e apropriação do que é produzido pelo trabalho humano. A dominação de classe não é apenas um “fato”: é um processo, um esforço continuado por parte da classe dominante ou das classes dominantes para manter, fortalecer e ampliar, ou defender sua dominação (Miliband, 1979, p. 23).

A dominação de classe promove um conjunto de outras formas de dominação, bem como outras relações sociais complementares. Não é possível desvincular tal dominação de classes das demais formas de dominação.

O foco, sempre, está no antagonismo de classe e no conflito de classes. Isso não quer dizer que o marxismo não reconheça outros tipos de conflito dentro das sociedades e entre elas – raciais, religiosos, nacionais, etc. Mas considera essas rivalidades, conflitos e guerras como direta ou indiretamente decorrentes de conflitos de classes ou relacionados com eles (...) (Miliband, 1979, p. 23).

Assim, o poder engloba um conjunto de relações sociais, desde as relações de produção que estão na base da sociedade até as formas cotidianas de sua manifestação. No entanto, é preciso deixar claro que as relações de poder que interessam à ciência política são as da sociedade moderna, não pertencendo ao seu domínio as das sociedades pré-capitalistas,

que são domínios temáticos da historiografia enquanto ciência particular, ou do marxismo ou outra forma de abordar tais sociedades.

Sem dúvida, ao delimitar o poder como o campo fenomenal da ciência política, então o Estado se torna o principal tema desta ciência. O poder político é o foco principal de análise, pois é a principal forma de poder existente na sociedade. Segundo Marx: “*O poder político é o poder organizado de uma classe para opressão de outra*” (Marx; Engels, 1987, p. 96-97), isto é, o poder político é uma relação de dominação de classes (que, na sociedade capitalista, é realizada de forma organizada por uma burocracia) através do poder coletivo da classe dominante (Viana, 2015).

O poder, enquanto relação de dominação, está espalhado pela sociedade, mas o poder político se concentra no aparato estatal, principal forma de regularização das relações sociais que exerce a dominação de classe a nível global da sociedade visando reproduzir as relações de produção dominantes (Viana, 2015).

Mas além do Estado e das mais variadas formas de relação de dominação, outro foco da análise da ciência política reside na própria política. O que é política? Esta palavra também é polissêmica, mas aqui assume um significado bem preciso: a política é todas as formas de manifestação das lutas de classes numa determinada sociedade⁷. Assim, todas as formas de lutas de classes são lutas políticas. Não custa lembrar que as formas de manifestação das lutas de classes nem sempre assumem nitidez, sendo, muitas vezes, camuflada ou ofuscada pelas aparências enganadoras de conflitos menores.

Derivado disto, temos um conjunto de outras temáticas abordadas pela ciência política: políticas estatais (tais como a “econômica”, “cultural”, bem como as de assistência social, chamadas de “públicas”, “sociais”, entre diversas outras), Democracia, Partidos, Sindicatos, Movimento Operário, Movimentos Sociais, Revolução, Direito, Ideias e Ideologias Políticas, Relações Internacionais, as relações de poder no interior do bloco dominante, a política extrainstitucional, os conflitos religiosos, as instituições sociais em geral, entre inúmeros outros.

⁷ Definição semelhante, embora mais abrangente, é a de Miliband: “é perfeitamente possível tratar a política como fenômeno específico, isto é, como os modos e os meios pelos quais o conflito social e sobretudo os conflitos de classes se manifesta” (Miliband, 1979, p. 15).

Problemas Metódicos da Ciência Política

A ciência política possui método próprio? Já descartamos esta questão. Isto não significa, no entanto, descartar a problemática metódica⁸ que está presente em todas as ciências. Discutir a ciência política sem discutir os problemas metódicos significa empobrecer o seu conteúdo e diminuir o seu potencial.

O primeiro problema metodológico é referente ao problema de uma ciência que tem o poder como domínio temático e, por conseguinte, a política, e o seu posicionamento diante do seu campo fenomenal de pesquisa, tanto no âmbito prático quanto intelectual. A defesa da neutralidade nas ciências humanas é oriunda, no plano do discurso, da proximidade destas com as questões morais e políticas e, no caso da ciência política, esta proximidade atinge níveis mais elevados. É possível uma ciência política neutra? A resposta é, evidentemente, negativa, e não só no caso da ciência política, mas de toda e qualquer ciência. A leitura das obras de ciência política deixa ver claramente o posicionamento dos cientistas políticos, não por eles declararem, mas pelas teses, afirmações, referências bibliográficas, entre outros elementos que, depois de “decodificados”, expressam qual é a posição de quem escreve.

Ao reconhecermos que a sociedade é perpassada por um conjunto de relações de dominação, então a pergunta que devemos fazer é referente ao pensamento das pessoas envolvidas neste processo. A análise de uma relação de dominação será diferente quando é feita por um dominante ou por um dominado, ou, nos casos em que a dominação é extensiva ao pensamento, são iguais, mas com certas diferenças e ambiguidades no pensamento do dominado.

Quais valores, interesses, sentimentos, ideias, estão por detrás de ambos? É interesse do dominante chegar à verdade, isto é, revelar a dominação e sua motivação? Sem dúvida, a defesa metódica realizada por Marx da perspectiva do proletariado revela uma solução para a questão da neutralidade: ela é impossível e indesejável se se quer chegar a uma consciência correta da realidade. A única opção alternativa é a do paradigma positivista (que, nesse aspecto, se reproduziu em todos os paradigmas semelhantes e posteriores, até mesmo aqueles que dizem o contrário), segundo a qual a neutralidade é necessária. O problema reside no fato de que o positivismo apenas postula a neutralidade, mas nunca a pratica.

⁸ Usamos “metódico” ao invés de “metodológico”, pois esse último termo gera confusão com “metodologia”, que geralmente trata de técnicas de pesquisa ou aspectos formais, e não de “método”, propriamente dito (Viana, 2024).

O problema da neutralidade está diretamente ligado ao problema da ideologia e do poder. Os cientistas políticos possuem o poder como domínio temático e estão envolvidos em relações de poder. A defesa da neutralidade é uma forma da esfera científica buscar se autonomizar, tanto diante do governo (e não em relação ao Estado capitalista, conceito mais amplo e que vai além do governo) quanto das pressões dos dominados (classes e outras coletividades). O discurso da neutralidade visa a legitimação da esfera científica em relação às classes sociais. Ao realizar tal ambição, a autonomização tanto da perspectiva intelectual quanto da institucional lhe permite reivindicar um maior *status* para si.

Assim, a posição dos cientistas permite buscar anular as determinações sociais da produção científica, já que não estaria ligada aos interesses nem dos dominantes nem dos dominados, o que significa que a ciência seria uma forma de saber superior, já que desenraizada socialmente. Da perspectiva institucional, também lhe permite trabalhar para qualquer governo, fazer suas reivindicações de liberdade, recursos, etc., já que está a serviço apenas da “verdade” ou do “conjunto da sociedade”. No entanto, por detrás desta suposta neutralidade, o que se revela é sua subserviência ao Estado e tudo que deriva daí, bem como sua relação insuperável com o poder. Na verdade, os cientistas (incluindo os cientistas políticos) possuem seus interesses próprios e suas disputas internas⁹, mas tais interesses não são opostos aos dos detentores do poder, pois apenas expressam a busca de melhorar sua posição social no interior da sociedade capitalista.

A partir desta pretensa neutralidade e autonomia (que é apenas relativa, mas no discurso ideológico aparece como absoluta), se pode criar a antinomia entre ciência e ideologia. A ciência, por um lado, seria um pensamento não-valorativo e, portanto, neutro. A ideologia, por sua vez, seria um pensamento valorativo, logo, ela não seria neutra. Daí decorre que a ciência é um pensamento verdadeiro, (ou “objetivo”, para usar termo ideológico) e a ideologia é um pensamento falso, pois parcial (ou “subjetivo”, para usar mais um construto, falso conceito). Esta antinomia entre ciência e ideologia é ela mesma ideológica, não só por revelar valores, mas principalmente por ser uma manifestação de um sistema de pensamento ilusório (positivismo e semelhantes). Assim, é preciso distinguir entre essa concepção ideológica de ideologia (ideologia = pensamento valorativo) da concepção marxista de ideologia (ideologia = sistema de pensamento ilusório), pois a primeira carrega em si valores, que são os da classe dominante e/ou de suas classes auxiliares.

⁹ Bourdieu (1994) discute estes pontos em seu trabalho sobre o “campo científico” e uma abordagem um pouco diferente e mais realista pode ser vista em “*As Esferas Sociais*” (Viana, 2015).

Tal concepção ideológica não se sustenta. Todo pensamento é valorativo e por isso a antinomia é falsa em sua base. O pensamento científico é valorativo e não existe um pensamento não-valorativo, logo, nesse sentido ideológico do termo, não existe ideologia. Se por ideologia compreendemos a concepção marxista, então não existe antinomia entre ciência e ideologia, porquanto a ciência é, em maior ou em menor grau, ideológica, isto é, sistema de pensamento ilusório. A produção de cientistas políticos é ideológica¹⁰ quando defende os interesses da classe dominantes ou de suas classes auxiliares, o que é o mais comum.

Outro problema metodológico reside no método da ciência política. Sem dúvida, existe muita confusão no que se refere à questão metódica. O livro clássico de Duverger, *Ciência Política*, por exemplo, tem como subtítulo “*Teoria e Método*”. No entanto, o que ele aborda em seu livro são técnicas de pesquisa (observação, análise de documentos, etc.). Sem dúvida, a confusão terminológica é um dos maiores problemas das disciplinas de metodologia e dos “metodólogos”. Se esta obra clássica não apresenta o método da ciência política, então não existe método na ciência política?

Tradicionalmente, a ciência política extrai seus métodos principalmente da sociologia. Então ela não possui métodos próprios? Não, mas isto não é exclusividade sua. Os métodos surgem em determinadas ciências particulares e depois passam a ser utilizados por outras. No caso da sociologia, alguns sociólogos criaram determinados métodos e estes passam a ser considerados “sociológicos” (Weber e o método compreensivo, por exemplo), tal como ocorre também na antropologia (Malinowski e o funcionalismo, por exemplo) e depois eles passam a ser utilizados por outras ciências particulares. Além disso, há a influência universal do método dialético desenvolvido por Marx. Assim, a respeito da questão metódica, a ciência política utiliza vários métodos, sendo que cada cientista político utiliza o que considera mais adequado.

Por conseguinte, não existe um problema metódico na ciência política, tal como se poderia pensar, pois o fato de nenhum cientista político ter elaborado um método e daí se falar em um “método da ciência política” nada quer dizer. Isto é tão verdadeiro que os cientistas políticos lançam mão do método positivo, do método funcional, do método dialético, do método fenomenológico, entre outros métodos.

¹⁰ É preciso esclarecer que ideologia não é um pensamento totalmente ilusório, pois se assim fosse seria muito distante da realidade e por isso ele contém, em si, momentos de verdade (Viana, 2011). Esses momentos de verdade variam em quantidade e qualidade dependendo de qual tese, ideia, autor, se trata.

Considerações Finais

O nosso objetivo consistiu em observar os limites das definições de ciência política, bem como a respeito de seu campo fenomenal, o poder, e apontar os seus problemas metodológicos. O esclarecimento do conceito de ciência política e o aprofundamento da reflexão sobre o conceito de poder é fundamental nesse sentido. Consideramos que iniciamos uma reflexão que contribui com a superação dos problemas de definição da ciência política e do poder, o que torna esta ciência particular inteligível, ao contrário da situação em que reina a confusão e a indefinição.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. De O Capital à Filosofia de Marx. In. ALTHUSSER, Louis.; RANCIÈRE, Jacques; MACHEREY, Piere. *Ler o Capital*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BOTTOMORE, Tom. *Introdução à Sociologia*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, R. (org.). *Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994.
- DURKHEIM, Emile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Nacional, 1974.
- DUVERGER, Maurice. *Ciência Política: Teoria e Método*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 8ª edição, Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- GOMES, Marcus. *O Que é Ciência?* Coleção Esclarecimento. Goiânia: Ragnatela, 2025 (no prelo).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 6ª edição, São Paulo: Global, 1987.
- MAY, Rollo. *Poder e Inocência*. Uma Análise das Fontes da Violência. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MEYNAUD, Jean. *A Ciência Política*. Sua Natureza, Seu Alcance. São Paulo: FGV, 1960.
- MILIBAND, Raymond. *Marxismo e Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PRÉLOT, Marcel. *A Ciência Política*. São Paulo: Difel, 1964.

RODEE, C.; ANDERSON, T.; CHRISTOL C. *Introdução à Ciência Política*. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

RUSSELL, Bertrand. *O Poder*. Uma Nova Análise Social. Lisboa: Fragmentos, 1990.

SEDAS NUNES, A. *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*. 5ª edição, Lisboa, Presença, 1977.

VIANA, Nildo. *A Dialética Revolucionária*. Goiânia: Edições Redelp, 2024.

VIANA, Nildo. *A Dinâmica da Violência Juvenil*. 2ª edição, São Paulo: Ar editora, 2014.

VIANA, Nildo. *A Filosofia e Sua Sombra*. Goiânia: Edições Germinal, 2000.

VIANA, Nildo. *As Esferas Sociais*. A Constituição Capitalista da Divisão do Trabalho Intelectual. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

VIANA, Nildo. *Cérebro e Ideologia*. Uma Crítica ao Determinismo Cerebral. Jundiaí: Paco, 2010.

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

VIANA, Nildo. Sobre as Ciências Sociais. *Estudos*. Revista da Universidade Católica de Goiás. Vol. 27, nº 04, out./dez. 2000.

VIANA, Nildo. *Violência Urbana: A Cidade como Espaço Gerador de Violência*. Goiânia: Edições Germinal, 2002.

VIANA, Nildo. Violência, Conflito e Controle. In: SANTOS, Sales e outros (orgs.). *50 anos depois. Relações Raciais e Grupos Socialmente Segregados*. Brasília: MNDH, 1999.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Vol. 1. 2ª edição, Brasília, Edunb, 2004.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Vol. 2. 2ª edição, Brasília, Edunb, 2004.